

Sarney diz que PDS pode repetir maioria

Das sucursais

Irritado com a divulgação de resultados preliminares atribuídos ao relatório sobre a situação do PDS nos Estados, que deverá entregar ao presidente João Figueiredo, o presidente do partido, senador José Sarney, negou ontem que vá apresentar dados pessimistas sobre as possibilidades da agremiação em qualquer Estado, garantiu não ter adiantado qualquer informação sobre o partido aos jornalistas — “O relatório ainda não está concluído” — e chegou a dizer: “O PDS é imbatível numa eleição pelo sistema proporcional, porque é a agremiação melhor estruturada e consolidada. Se a eleição fosse hoje, o partido não seria apenas vitorioso como majoritário nas duas Casas do Congresso”.

No Rio, inconformado com a divulgação de dados atribuídos ao levantamento de Sarney, o coordenador da bancada fluminense do PDS na Câmara, deputado Darclio Ayres, adiantou que vai exigir do presidente regional da agremiação, biônico Amaral Peixoto, “uma tomada de posição contra Sarney”, alegando que o senador “vem demonstrando não estar muito certo do trabalho que realizou. O envolvimento de Sarney no episódio está desgostando amplos setores do partido e já provocou a revolta dos governadores do Amazonas e Goiás” — Estados citados como áreas deficientes no que diz respeito à atuação do PDS.

REFORMA ELEITORAL

Em Brasília e antes no Rio ao retornar de uma viagem a Portugal, Sarney garantiu que até o fim do semestre serão anunciadas todas as decisões do

partido sobre o problema da reforma eleitoral. “Provavelmente em agosto a comissão do partido que estuda o assunto poderá submeter ao Congresso um projeto de lei com as principais idéias da agremiação”, ressaltou o senador, considerando depois como “normal” o fato de os governadores estarem pedindo rapidez ao governo federal na definição dos principais pontos da reforma.

Sarney acrescentou que a principal diretriz da comissão do PDS encarregada de estudar a reforma — cujo relator é o secretário-geral Prisco Viana — é “viabilizar as eleições de 1982, uma vez que a legislação que está aí é obsoleta. Trata-se de uma legislação sobretudo dispersa em vários textos legais, necessitando de uma codificação. Uma outra diretriz tomada pela comissão é evitar assuntos polêmicos, que poderiam polarizar as discussões e prejudicar o trabalho principal que é essencial para o aprimoramento democrático do País”.

ANISTIADOS

Já o senador Lázaro Barbosa (PMDB-GO) pediu ontem em Brasília esclarecimentos ao partido governista a respeito de declarações atribuídas ao presidente do PDS de que o governo estaria disposto a negociar a inelegibilidade dos políticos anistiados.

Para Barbosa, estas afirmativas constituem “uma chantagem, porque insinuam que o governo pode manter a inelegibilidade dos anistiados”. Em aparte, o vice-líder Aloysio Chaves (PDS-PA) assinalou que a inelegibilidade, “juridicamente, não foi revogada com a lei da anistia, mas politicamente tal restrição poderá ser eliminada até as próximas eleições”.